

Por margem apertada, Senado aprova Dino para o STF; Gonet é o novo PGR

— Após 10 horas de sabatina, titular da Justiça é confirmado como novo ministro do Supremo com 47 votos favoráveis, seis acima do mínimo; subprocurador-geral teve o apoio de 65 senadores



Paulo Gonet (à esq.) abraça Flávio Dino após serem aprovados pela CCJ do Senado: sabatina simultânea de Indicações por Lula à PGR e ao STF, respectivamente, durou 10 horas

RAYSSA MOTTA
PEPITA ORTEGA
SÃO PAULO
VERA ROSA
BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem as indicações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Procuradoria-Geral da República (PGR). Flávio Dino, de 55 anos, foi confirmado na Corte máxima do Judiciário e Paulo Gonet, de 62, para a chefia do Ministério Público Federal. Escolha mais controversa de Lula, Dino foi aprovado com margem apertada de votos no plenário: 47 a favor, 31 contra e duas abstenções. O subprocurador-geral recebeu 65 votos favoráveis e 11 contrários.

O ministro da Justiça recebeu o número mais baixo de votos favoráveis desde a redemocratização, se igualando a Celso de Mello e André Mendonça. Há dois anos, o indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) obteve o menor índice de apoio em uma indicação ao STF. Mendonça, na ocasião, teve 32 votos contrários, um mais que Dino. O futuro ministro do STF obteve agora taxa de 60% de votos favoráveis, a segunda mais baixa na comparação com as votações dos outros dez ministros que estão na Corte. Mendonça alcançou, em dezembro de

2021, aprovação de 59% dos senadores presentes no plenário.

As sabinatas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa ocorreram ao longo de 10 horas de forma simultânea – um formato comum no colegiado, mas inédito para indicações para os dois cargos. Na comissão, o placar para Dino foi apertado: 17 a favor e 10 contra.

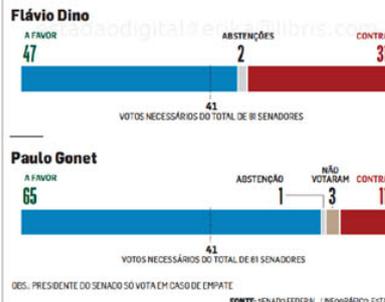
Dino vai ocupar a vaga deixada por Rosa Weber, que se aposentou dias antes de completar 75 anos, a data-limite para ministros do Supremo. Gonet irá suceder a Augusto Aras, cujo mandato na PGR terminou no fim de setembro.

OPosição. A sessão na CCJ começou com uma hora de atraso, depois que senadores de oposição tentaram, na última hora, impedir a sabatina simultânea. O modelo favoreceu Dino, que enfrentava mais resistência no Senado. O pedido partiu do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que argumentou que a sabatina conjunta é “açodada” e ficaria “malfeita”. O procedimento também foi usado recentemente, por exemplo, com os três nomes indicados por Lula ao Superior Tribunal de Justiça.

O pedido de Vieira foi reforçado pelos opositoristas Rogério Marinho (PL-RN), Magno Malta (PL-ES) e Eduardo Girão (PL-RO). O presidente da CCJ,

COMO FOI O PLACAR

Indicados por Lula foram aprovados pelo Senado



David Alcolumbre (União Brasil-AP), rejeitou os apelos.

Quatro ministros foram exonerados antes de o Senado sabatinar os nomes escolhidos por Lula. Camilo Santana (Educação), Carlos Fávaro (Agricultura), Renan Filho (Transportes) e Wellington Dias (Desenvolvimento Social) deixaram suas funções na Esplanada para participar da sessão do Senado.

Os cargos deles eram ocupados pelos suplentes Augusta Brito (PT-CE), Margareth Buzetti (PSD-MT), Fernando

Farias (MDB-AL) e Jussara Lima (PSD-PI). Contatados pelo Estadão anteontem, Augusto e Jussara disseram que aprovariam os dois nomes. Margareth optou por não responder e Fernando disse que estava indeciso.

'COLEGA'. Apesar da expectativa contrária, o clima entre Dino e a oposição foi, em grande parte da sessão, amistoso. No início da sessão ele conversou ao pé do ouvido com o senador Sérgio Moro (União

Brasil-PR) brevemente. Eles se abraçaram e riram.

Durante a sabatina, sorridente, Moro alfinetou Lula por não ter escolhido uma mulher para substituir Rosa Weber no STF. Em seguida, porém, emendou: “Não é uma crítica direcionada a vossa excelência, mas a quem o indicou.” Chamado por Dino de “meu colega”, Moro também foi juiz federal e atuou na Operação Lava Jato, que atingiu Lula e a cúpula do PT.

Acusado de abuso do poder político e econômico na campanha eleitoral de 2022, Moro corre o risco de ser cassado pela Justiça Eleitoral do Paraná. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e o líder da bancada petista na Câmara, Zeca Dirceu, estão de olho na possível vaga de Moro se ele perder o mandato, poderá recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde Dino também terá uma cadeira, a partir de fevereiro de 2024.

DPU. O plenário também aprovou a indicação de Leonardo Cardoso de Magalhães para o cargo de defensor público-geral federal da Defensoria Pública da União (DPU), com 47 votos favoráveis, 30 contrários e uma abstenção. ● COLABOROU GABRIEL DE SOUSA

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE AS ESCOLHAS DE DINO E GONET, PÁG 112 E 113

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 10